



RealTransfer

INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

RELATÓRIO
ANUAL | 2019

ÍNDICE

1.	RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1.1	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
1.2	EMPRESA.....	4
1.3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
1.4	CONTROLO INTERNO.....	5
1.5	PERSPECTIVAS - ANO DE 2020	6
1.6	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	7
1.7	RECONHECIMENTO	7
2.	ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31/12/2019.....	9
3.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
4.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	30

1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Sociedade RealTransfer - Instituição de Pagamento, S.A., com sede social na Praça Marquês de Pombal, nº 1, Galerias, Loja J, em Lisboa, com o capital social de Euros 600.000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número pessoa coletiva 508012015, apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2019.

1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2019, de acordo com os valores publicados pelo Fundo Monetário de Internacional (FMI) assistiu-se a uma desaceleração do crescimento do PIB mundial para 2,9% contra os 3,6% registados em 2018. Tendência semelhante foi observada no PIB da zona Euro, onde este valor se situou nos 1,2% em 2019, contra 1,8% em 2018. Já em Portugal a tendência mostrou-se contrária, com o PIB a subir ligeiramente, passando dos 2,1% em 2018, para 2,2% em 2019.

Quanto ao valor da inflação, Portugal teve um abrandamento relativamente à Zona euro que atingiu 1,2% contra 0,3% no nosso País. Tal ficou a dever-se, entre outros fatores, a:

- Evolução negativa dos preços dos produtos energéticos;
- Desaceleração do crescimento da Economia Europeia;
- O consumo privado decresceu, situando-se em 2019 nos 2,4%, contra os 2,6% em 2018.
- Uma desaceleração no crescimento das exportações, para 3,6% face aos 5,3% registados em 2018.

O desemprego continuou a baixar, atingindo os 6,5% em 2019 (abaixo da média europeia que foi de 7,6%).

A saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo e a melhoria generalizada do rating do País junto de todas as Agências, provocaram uma melhoria em 3,13% na Dívida Pública que se situou em 117,7% em 2019. E o custo médio da dívida emitida por Portugal situou-se em 1,1% entre janeiro e dezembro, o que corresponde a um novo mínimo histórico desde, pelo menos, 2010.

Relativamente ao mercado financeiro, os juros continuaram a sua trajetória de suave queda e o euro - se face ao USD.

1.2 EMPRESA

A empresa continuou a assistir ao condicionamento da sua atividade fundamentalmente devido ao brutal abrandamento da Economia Angolana, que em 2019 contraiu cerca de 1,5%. A taxa de inflação neste país situou-se em 17,1%, ligeiramente abaixo dos valores de 2018 (18,6%). Como consequência, a recessão da economia agravou-se. Tendo em conta a situação de Pandemia Mundial, não se espera uma recuperação destes valores para o ano de 2020.

Por estas razões, as transações neste corredor mantiveram-se em valores pouco significativos.

O corredor Brasil mantém uma tendência de subida, verificando-se um crescimento de 24,74% em 2019, relativamente ao período homologado.

Na actividade cambial global, apesar de todas as dificuldades que já referimos da Economia Angolana, assistimos a um aumento de 22,35%.

Sucursais no exterior

Durante o ano de 2019 deu-se como terminado o processo de legalização da Sucursal de Espanha, tanto no que diz respeito ao processo junto do Banco de Portugal como do processo junto do Banco de Espanha.

1.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O comportamento da atividade da empresa durante o ano de 2019 apresentou um crescimento consistente, verificando-se um aumento dos seus proveitos, tanto no que diz respeito às comissões recebidas como no que diz respeito à reavaliação cambial global.

No que diz respeito aos Proveitos gerados essencialmente pela margem cambial, +22,35% (de 3.270.558€ em 2018 para 4.001.626€). No que respeita às comissões, as mesmas tiveram um aumento significativo, passando de 157.180€ em 2018, para 262.641 € em 2019, perfazendo assim um aumento de 67%. Este crescimento deveu-se a uma melhor cooperação entre a empresa e os seus agentes e correspondentes.

O Produto Bancário foi de 3.299.298€ em 2019, apresentando um crescimento de 22,55% face aos montantes de 2018 (2.692.032€).

No que diz respeito aos Custos, estes sofreram um ligeiro aumento de 3,7%, sendo de 3.275.073€ em 2019, quando tinham sido de 3.157.806€ em 2018.

Assim, temos a informar o seguinte:

- Aumento dos custos de pessoal em 6,8%, totalizando 2.040.233€ em 2019 não sendo este um aumento muito significativo;
- Os Custos Gerais Administrativos tiveram uma ligeiríssima diminuição de 0,99%, passando de 1.201.669€ em 2018 para 1.189.711€ em 2019.
- Durante o ano de 2019 o valor em dívida em empresas do Grupo rondou os 39% do total do ativo. Esta situação, que infelizmente não ficou resolvida durante o exercício de 2019, é uma situação de carácter absolutamente excepcional e será certamente transitória, perspetivando-se uma redução da mesma durante o exercício em curso.

1.4 CONTROLO INTERNO

A RealTransfer, SA realiza todas as atividades necessárias para garantir o planeamento e o controlo de gestão da empresa em matéria de gestão de riscos financeiros, nomeadamente a elaboração de Orçamento, dos Planos de Atividade, a escolha de objetivos e a apresentação dos Relatórios de Atividades. Desta forma é possível sistematizar métodos e otimizar os recursos, bem como certificar todas as informações relevantes sobre o património, permitindo obter um conhecimento realista e em tempo útil, da situação económica e financeira da Instituição.

É ainda possível avaliar e controlar (informação dinâmica, comparativa, orientadora) o desempenho da empresa nas suas diversas vertentes: humana, financeira, operacional e comercial, visando assegurar a execução da estratégia através da comparação dos resultados com os objetivos estratégicos, assegurar a regularidade fiscal e demonstrá-la junto dos órgãos de administração e de fiscalização e assim contribuir para o fortalecimento do Sistema de Controlo Interno da Instituição.

O sistema de Controlo Interno da instituição é composto por três áreas distintas e autónomas : A Gestão de Riscos, a Auditoria Interna e o Compliance.

A Gestão de Riscos trabalha essencialmente com base no Sistema de Gestão de Riscos da Instituição, implementado nos termos da definição contida no Artº.10 do Aviso nº 05/2008 do Banco de Portugal, de 25/06/2008, com especial relevância para o "Risco de Taxa de Câmbio", o "Risco Operacional", o "Risco dos Sistemas de Informação, o "Risco de Estratégia" e o "Risco de Reputação", "Risco de Mercado" e "Risco de Liquidez".

O controlo do risco é efetuado com base nos processos desencadeados por toda a área financeira da RealTransfer, SA, incluindo os processos de elaboração de pricing (que inclui a análise dos mercados cambiais), gestão da liquidez (através da elaboração de mapas de controlo de liquidez), elaboração de mapas de Research Macroeconómico (através da recolha de dados

Macroeconómicos dos principais mercados).

De toda a análise efetuada resulta assim uma hierarquização dos riscos materialmente relevantes, dando prioridade a todos os processos que envolvam maior risco.

Todo o controlo efetuado tem como objetivo a mitigação do risco no seu todo, sendo que sempre que um processo a desencadear possa representar uma probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no Capital, esse processo é analisado individualmente e são tomadas as medidas tidas como necessárias para a mitigação desse mesmo risco.

Também a Auditoria Interna desempenha um papel fundamental no controlo dos processos desencadeados na instituição, sendo as visitas de auditoria efetuadas com regularidade a todas as áreas, com especial incidência na rede de balcões. Para além dos processos de auditoria propriamente ditos, cabe ainda a esta área o tratamento de todas as reclamações que chegam à instituição, quer por meio de registo em livro de reclamações físico, livro de reclamações eletrónico ou diretamente para o email da instituição.

Ao *Compliance* cabe a verificação do cumprimento de todas as normas, leis e regulamentos aplicáveis, com especial incidência na Prevenção do Branqueamento de Capitais e no Financiamento ao Terrorismo. Durante o período em reporte foram ainda elaborados e submetidos os reportes que nos são exigidos, como o RPB(Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo – RPB) assim como o QAA (Questionário de Auto Avaliação), que neste ano, pela primeira vez, foi parte integrante do RPB, sendo submetido em conjunto com o mesmo. A formação no âmbito da prevenção do BC/FT teve um especial aumento, tanto na sua abrangência como no seu conteúdo, passando a serem dadas em 16h em vez das habituais 8h.

1.5 PERSPECTIVAS - ANO DE 2020

Não obstante todas as dificuldades que este ano de 2020 nos tem trazido, não só a nós mas a todos a nível Mundial, iremos continuar a apostar forte no corredor Brasil e esperamos que, simultaneamente, o corredor de Angola venha a trazer melhorias significativas.

Vamos ainda apostar em novos negócios que sejam complementares com os nossos e que nos tragam proveitos a curto e a médio prazo.

Vamos apostar na consolidação da nossa empresa, apostando na formação de Quadros e na redução de custos.

Tendo cumprido o nosso objetivo para 2019, o de inverter as perdas dos últimos três anos e ter um ano com resultados finais positivos, colocamos agora como objetivo manter esta tendência de crescimento contínuo.

Não existem fatores relevantes a imputar a 2019 após o termo do exercício.

Atualmente, considerando o estado de Pandemia derivada do vírus Covid-19 têm vindo a ser efetuadas determinadas alterações ao normal funcionamento da atividade da nossa empresa com o objectivo de assegurarmos a continuidade do negócio. No que respeita aos colaboradores que

realizam a prestação do seu trabalho nas instalações dos escritórios foi adoptado, durante o estado de emergência, o regime de teletrabalho. Relativamente à Rede de Agências da RealTransfer, as mesmas têm vindo a ser alvo de reestruturação desde o final do ano passado antes da existencia do estado de pandemia generalizado na Europa com o objectivo de manter o maior numero de postos de trabalho e salvaguarda da solidez financeira da empresa. Findo o último periodo de estado de calamidade, tanto os colaboradores dos Serviços Centrais como os colaboradores das agências encontram-se a retomar gradualmente a prestação de trabalho nos locais designados continuando a assegurar plenamente as suas funções. Tendo em conta o contexto atual, e apesar de se esperar valores positivos, o ano 2020 poderá terminar com valores aquém dos que foram inicialmente projectados

1.6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas, reunidos em Assembleia Geral:

- 1 - Que seja aprovado o Relatório de Gestão;
- 2- Que sejam aprovadas as Contas e o Balanço referentes ao exercício de 2019;
- 3 - Que os resultados do exercício, com impostos incluídos, no montante de 19.503,32€ (dezanove mil quinhentos e três euros e trinta e dois cêntimos) sejam levados a resultados transitados.

1.7 RECONHECIMENTO

O Conselho de Administração quer manifestar o seu reconhecimento a todos os que no decurso deste exercício económico apoiaram a empresa e com ela colaboraram particularmente:

- Aos Bancos Centrais dos países onde desenvolvemos a nossa atividade, especialmente ao Banco de Portugal e seus técnicos, pela permanente disponibilidade e abertura no apoio à resolução das nossas dúvidas e interrogações;
- Ao acionista Casa Campião e da Ultra SGPS, pelo apoio, pelo carinho, apreço e disponibilidade sempre demonstrados;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela disponibilidade sempre revelada;
- Aos colaboradores da Sociedade pelo esforço, dedicação e leal desempenho demonstrados;
- À Caixa Económica Montepio Geral pelo apoio continuamente demonstrado como nosso parceiro de negócio;
- À Dra. Maria José Pimenta, ROC da nossa empresa, pela forma cuidada, profissional e colaborativa com que sempre nos acompanhou;
- Ao escritório de advogados RSA, na pessoa do Dr. Raposo Subtil e Dr. Camarate Campos, pelo apoio constante e permanente sempre dado à nossa empresa.

Lisboa, 07 de Setembro de 2020

O Conselho de Administração



Pedro Mascarenhas Santos



Vasco de Mello



Vera Figueira Aires

2. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31/12/2019

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A REALTRANSFER – Instituição de Pagamento, S.A. é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída em 14 de Dezembro de 2007 e resulta de alteração da denominação social da REALTRANSFER – Agência de Câmbios e Pagamentos, S.A.. Tem como objecto principal o exercício de todas as actividades e operações legalmente autorizadas às instituições de pagamento e a prestação de serviços de transferências de dinheiro de e para o exterior.

Todos os valores apresentados no presente anexo estão expressos em euros, salvo indicação de outra moeda.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

A empresa preparou todas as demonstrações financeiras com base nos livros e registos contabilísticos, os quais são mantidos de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de Dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras, do que o presente anexo é parte integrante, foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios fundamentais de consistência, prudência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, de acordo com as normas de contabilidade ajustadas.

2.2 Comparabilidade

Não existem alterações de políticas contabilísticas e critérios valorimétricos que afectem a comparabilidade dos valores apresentados nas demonstrações financeiras

2.3 Principais políticas contabilísticas

a)- Activos Tangíveis e Intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com a vida útil prevista no decreto regulamentar 25/2009, actualizado pelo decreto regulamentar nº 4/2016 de 22 de Abril.

b)-Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário são classificados como locações operacionais. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a estes inerentes.

c)-Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de outras operações a regularizar.

d)-Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

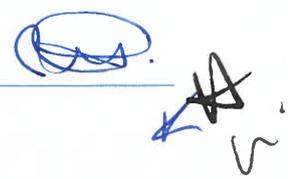
Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada exercício, publicadas diariamente pelo BCE e informadas pelo banco de Portugal. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

e)-Impostos

A empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) à taxa de 17% aplicável aos primeiros 15 000€ de matéria colectável e à taxa de 21% ao excedente. De acordo com o art.º 87-A é acrescida a derrama estadual de 3% calculada sobre o lucro tributável que excede 1 500 000,00 €, até 7 500 000,00 €. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, e tributações autónomas sobre os encargos às taxas previstas no artigo 88º do código do IRC.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.



Conforme a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2016 a 2019 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

A administração da empresa entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2014 e antes de 1 de Janeiro de 2018 podem ser reportados por um período de 12 anos. A dedução dos prejuízos está limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução. Após 1 de Janeiro de 2018 empresas não abrangidas pelo DL nº 372/2007 apenas podem reportar os seus prejuízos fiscais nos 5 anos seguintes. A partir de janeiro de 2018 passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar os prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e actualizado.

3. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais:

Em 31 de Dezembro esta rubrica tem a seguinte composição

	2019	2018
Caixa em Moeda Nacional	415.681,80 €	417.321,57 €
Caixa em Moeda Estrangeira	240.578,27 €	189.800,51 €
Total de Moeda em Caixa	656.260,07 €	607.122,08 €

Representa o valor detido nas Caixas dos Diversos Balcões.

4. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito:

Em 31 de Dezembro esta rubrica tem a seguinte composição

	2019	2018
Disponibilidades em Outras Instituições	1.516.735,98 €	989.671,87 €
Total de Disponibilidades	1.516.735,98 €	989.671,87 €

5. Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor:

Em 31 de Dezembro esta rubrica tem a seguinte composição

	2019	2018
Outros – FCT	18.322,44 €	11.712,81 €

FCT – Fundo de Compensação do Trabalho

6. Aplicações em Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Depósitos à ordem	34.506,75 €	21.438,12 €
Depósitos a prazo	113.300,00 €	1.108.700,00 €
Total de Disponibilidades	147.806,75 €	1.130.138,12 €

Depósitos à ordem reflecte o contravalor das contas no Montepio Geral em USD e GBP e na Caixa Geral de Depósitos em USD.

7. Outros ativos tangíveis

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 31-12-2018	Aquisições/ dotações	Abates	Saldo em 31-12-2019
				Total Líquido
Custo				
Terrenos e Recursos naturais	-	-		-
Edifícios e outras construções	88 629,92	-		88 629,92
Equipamento básico	51 266,66	-		51 266,66
Equipamento de transporte	60 483,16	-		60 483,16
Equipamento administrativo	21 810,01	-		21 810,01
Outros activos fixos tangíveis	570 605,73	42 208,23		612 813,96
	792 795,48	42 208,23	-	835 003,71
Depreciações acumuladas				
Terrenos e Recursos naturais	-	-		-
Edifícios e outras construções	9 538,20	1 362,60		10 900,80
Equipamento básico	47 220,67	1 766,81		48 987,48
Equipamento de transporte	60 483,16	-		60 483,16
Equipamento administrativo	19 467,41	1 440,41		20 907,82
Outros activos fixos tangíveis	389 756,09	40 558,87		430 314,96
	526 465,53	45 128,69	-	571 594,22
Valor Líquido	266 329,95			263 409,49

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 31-12-2017	Aquisições/ dotações	Abates	Saldo em 31-12-2018
				Total Líquido
Custo				
Terrenos e Recursos naturais	-	-		-
Edifícios e outras construções	88.629,92	-		88.629,92
Equipamento básico	51.266,66	-		51.266,66
Equipamento de transporte	60.483,16	-		60.483,16
Equipamento administrativo	21.810,01	-		21.810,01
Outros activos fixos tangíveis	503.809,73	66.796,00		570.605,73
	725.999,48	66.796,00	-	792.795,48
Depreciações acumuladas				
Terrenos e Recursos naturais	-	-		-
Edifícios e outras construções	8.175,60	1 362,60		9.538,20
Equipamento básico	45.447,63	1 773,04		47.220,67
Equipamento de transporte	56.612,32	3.870,84		60.483,16
Equipamento administrativo	18.027,05	1 440,36		19.467,41
Outros activos fixos tangíveis	352.245,57	37.510,52		389.756,09
	480.508,17	45.957,36	-	526.465,53
Valor Líquido	245.491,31	20.838,64	-	266.329,95

8. Ativos intangíveis

Os activos intangíveis no montante de **3.547,05€** encontram-se totalmente amortizados, relativamente às seguintes rubricas:

- Despesas de Constituição no valor de 2.395,98€
- Despesas de Instalação no valor de 1.151,07€

9. Activos por Impostos Correntes

	2019	2018
Activos por impostos correntes	19.665,49 €	18.091,74 €

10. Activos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica era composto por:

	2019	2018
Activos por impostos diferidos		
por prejuízos fiscais	93.510,48 €	93.510,48 €
Total	93.510,48 €	93.510,48 €

11. Outros Activos

	2019	2018
Outras Disponibilidades	743.928,12 €	901.555,97 €
Devedores e outras aplicações	2.528.860,81 €	2.232.923,19 €
Rendimentos a receber	1.398,55 €	7.283,29 €
Despesas com encargo diferido	105.930,42 €	98.742,53 €
Juros de depósitos a prazo	0 €	2.526,55 €
Outras operações a regularizar	27.697,66 €	79.962,61 €
Total de Disponibilidades	3.407.815,56 €	3.322.994,14 €

As Outras Disponibilidades são valores adiantados aos nossos Agentes/Correspondentes para as nossas ordens de pagamento. O saldo mais significativo é com o seu maior agente de envios para o Brasil (NovaCâmbios Portugal).

A rubrica de Devedores Diversos é composta por Aplicações referentes a Cauções Contratuais e Adiantamentos de valores à unidade de serviços partilhados do grupo (Ultra Serviços e à empresa mãe (Ultra SGPS) Este adiantamento de valores representa cerca de 1,7 Milhões de Euros.

Nas Despesas com encargo diferido as rubricas com maior peso são as Rendas e as Cauções das mesmas.

As Outras Operações a Regularizar são compostas maioritariamente por Furtos e Falhas de Caixa que aguardam resolução.

12. Recursos de Outras Instituições de Crédito

	2019	2018
Recursos de Inst. crédito no estrangeiro	315.830,30 €	489.211,11 €

13. Passivos por Impostos Correntes

	2019	2018
Passivos por impostos correntes	8.347,17 €	10.447,78 €

14. Outros Passivos

	2019	2018
Credores, outros recursos		
Sector público administrativo	48.354,55 €	34.130,01 €
Credores diversos	552.085,71 €	580.829,34 €
Sub-total	600.440,26 €	614.959,35 €
Outros encargos a pagar		
Gastos com pessoal	165.694,78€	158.538,93€
Outros Encargos a Pagar	4.610,62€	157.304,21€
Sub-total	170.305,40€	315.843,14€
Total	770.745,66€	930.802,49€

O Sector público administrativo respeita a retenções na fonte de IRS, imposto do selo, imposto s/rendas e descontos para a segurança social a pagar em Janeiro de 2020.

- A rubrica dos credores diversos representa:

Fornecedores diversos	18.408,44 €
Valores a liquidar	<u>533.677,27 €</u>
Total	552.085,71 €

Os Valores a Liquidar são ordens de Pagamento que ainda não foram reclamadas pelos Beneficiários.

A rúbrica dos Gastos com pessoal refere-se à responsabilidade da empresa à data de 31 de Dezembro relativa ao encargo com férias e subsídio de férias.

Os Outros Encargos a pagar são comissões relativas ao negócio Core e Acréscimos de Custos da empresa que serão pagas em 2020.

15. Capital

O capital social da Realtransfer, SA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 600.000 acções nominativas, com o valor nominal unitário de 1 euro cada.

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2019, eram as seguintes:

Ultra SGPS, S.A.	% Capital 91.67%	Valor 550 000,00€
------------------	----------------------------	-----------------------------

16. Outras reservas e resultados transitados

	2019	2018
Reserva legal	612 908,25 €	612 908,25 €
Outras reservas	3 256 672,23 €	3 256 672,23 €
Resultados transitados	539.519,33 €	917.586,89 €
Total	4.409.099,81 €	4.787.167,37 €

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual é destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Em 31 de Dezembro de 2019 a reserva legal está totalmente constituída nos termos da lei.

Em 31 de Dezembro de 2019 o valor de outras reservas corresponde a reservas livres e estatutárias.

Por decisão da Assembleia Geral em 16 de Maio de 2019, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, tendo sido deliberado que o resultado líquido negativo no montante de 378.067,56 Euros fosse transferido para Resultados Transitados.

17. Rendimentos de serviços e comissões

	2019	2018
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços de Transferências	242.244,88 €	142.803,80 €
Outros Serviços	20.396,91 €	14.376,75 €
Total	262.641,79 €	157.180,55 €

18. Encargos com serviços e comissões

Encargos com serviços e comissões

Serviços bancários prestados por terceiros	96.746,34 €	96.746,34 €
Por serviços de Transferências	616.390,72 €	616.390,72 €
Total	957.301,84 €	713.137,06 €

19. Resultados de reavaliação cambial (líquido)

	2019	2018
Ganhos em diferenças cambiais	4.035.009,78 €	3.334.383,73 €
Perdas em diferenças cambiais	33.383,66 €	63.825,46 €
Reavaliação cambial	4.001.626,10€	3.270.558,27 €

Os resultados de reavaliação cambial resultam da reavaliação diária das contas de moeda estrangeira e é calculada com base no fixing editado pelo Banco de Portugal.

20. Outros Resultados de Exploração

	2019	2018
Outros proveitos de exploração		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	0,00 €	0,00 €
Outros custos de exploração		
Impostos e taxas	5.299,88 €	5.540,07 €
Outros encargos e gastos operacionais	2.367,69 €	17.028,79 €
Soma	7.667,57 €	22.568,86 €
Outros resultados líquidos de exploração	-7.667,57 €	-22.568,86 €

21. Custos com o Pessoal

A rubrica de “custos com o pessoal” tem o seguinte detalhe:

	2019	2018
Remunerações dos órgãos de gestão	71.826,38 €	86.476,00 €
Remunerações de empregados	1.170.297,37 €	1.027.628,29 €
Encargos sociais obrigatórios	258.558,82 €	255.579,27 €
Outros custos com pessoal	539.550,92 €	540.496,34 €
Total	2.040.233,49 €	1.910.179,90 €

O número médio de funcionários ao serviço da empresa neste exercício foi de 75; Em 2018 eram 73.

No final deste ano o número total de funcionários era de 80.

Os encargos sociais obrigatórios compreendem os custos com os descontos para o regime geral de segurança social; Fundo de Compensação e Encargos com Higiene e Segurança.

Os outros custos com pessoal traduzem os custos com cursos de formação profissional, transferência de pessoal, indemnizações contratuais e seguros.

Existe um complemento de reforma que é gerido pela Futuro (grupo Montepio) e respeita à contribuição da empresa de 1% mensal, sobre o vencimento dos funcionários. No ano de 2019 não houve custos com este complemento devido à utilização de uma reserva de valores de funcionários que saíram do grupo.

22. Gastos Gerais Administrativos

	2019	2018
Gastos com Fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	47.365,29 €	39.444,15 €
Material de consumo corrente	21.025,65 €	23.359,32 €
Material de Higiene e Limpeza	2.463,65 €	504,77 €
Outros fornecimentos de terceiros	9.514,83 €	16.701,46 €
Total com fornecimentos	80.369,42 €	80.009,70 €
Gastos com serviços		
Rendas e alugueres	489.956,39 €	470.827,83 €
Comunicações	46.290,45 €	42.526,21 €
Deslocações, estadias e despesas de representação	89.808,14 €	80.842,50 €
Publicidade	72.681,85 €	99.011,10 €
Conservação e reparação	33.124,81 €	17.341,57 €
Formação	3.136,03 €	460,01 €
Seguros	20.441,42 €	17.883,17 €
Outros serviços de terceiros:	14.265,52 €	10.384,91 €
Subtotal Serviços (1)	769.704,61 €	739.277,30 €
Serviços especializados:		
Avenças e honorários	238.623,74 €	265.649,74 €
Outros serviços especializados	101.014,03 €	116.732,42 €
Subtotal Serviços Especializados (2)	339.637,77 €	382.382,16 €
Total com Serviços (1+2)	1.109.342,38 €	1.121.659,46 €
Total de Fornecimentos e Serviços	1.189.711,80 €	1.201.669,16 €

Os Gastos com os Serviços especializados resumem-se a três grandes categorias:

- Manutenção da rede de 24 balcões, onde o custo com maior relevância são as rendas.
- Desenvolvimento do corredor para o Brasil, com custos com Publicidade, Deslocações e algumas avenças.
- Manutenção do sistema informático e desenvolvimento de um novo sistema, com grande importância nos outros serviços especializados e algum peso nas avenças e honorários

23. Amortizações do exercício

Amortizações do exercício	(Ver Notas 7 e 8)	2019 45.128,69 €	2018 45.957,23 €
---------------------------	-------------------	----------------------------	----------------------------

24. Impostos Correntes

O imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

	2019	2018
IRC do exercício	8.347,17€	13.058,73 €
Pagamentos por conta	0,00€	2.610,95 €
Imposto Diferido	0,00€	93.510,48 €
IRC a pagar/recuperar	8.347,17€	-83.062,70 €

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado no exercício de 2019 e 2018 é demonstrada da seguinte forma:

	2019	2018
Resultado antes imposto	27.850,49€	-458.519,31€
Dedução de Prejuízo Fiscal	-18.550,34 €	
Matéria Colectável	7.950,15 €	
Taxa de imposto – 17%	17%	
Imposto	1.351,52 €	
Derrama – 1,5%	119,25€	
Varição patrimonial negativa		
Gastos não dedutíveis (temporários)	0,00 €	15.168,29€
Gastos não dedutíveis (permanentes)		
Quotizações a favor de associações empresariais	1.470,00 €	1.937,00 €
Tributação autónoma	6.876,39 €	13.058,73 €
Imposto s/rendimento corrente	8.347,17 €	13.058,73 €
Imposto s/rendimento diferido	0,00 €	93.510,48 €
IRC efectivo	8.347,17 €	80.451,75 €

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento do exercício resulta da legislação em vigor.

25. Partes Relacionadas

Movimentos efectuados entre empresas do Grupo – 2019

Empresa	Saldo a 31-12-2018	Movimentos	Custos	Proveitos	Saldo a 31-12-2019
RT Namíbia	37 215,81	948 104,75	-	1 360,00	42 364,70
RT Angola	381 234,20	2 729 647,51	-	-	220 057,91
NC Portugal	503 762,63	203 215 128,25	451 265,18		571 232,57
NC Angola	46 131,87	-	-		46 131,87
Ultra SGPS	1 505 000,00	257 000,00	224 377,34		1 762 000,00
Ultra Viagens	1 412,35	37 181,71	16 533,80		1 349,86
Casa Campião	32 423,84	7 504 040,10	18 560,63		51 748,88

Os movimentos efectuados traduzem o somatório das operações com cada uma das empresas, a natureza dos movimentos e os saldos em 31 de Dezembro.

26. Risco cambial

A Realtransfer assume exposição em risco cambial derivado da flutuação das taxas de câmbio dos seus activos e passivos.

O quadro seguinte apresenta os activos e passivos categorizados por tipo de moeda em que a empresa estava exposta a risco de taxa de câmbio, e representam os valores de activos e passivos convertidos à taxa de câmbio na data de balanço.

MOEDA	VALOR	DIVISAS	TOTAL	FIXING	TOTAL EM €
ED	5.150,00		5.150,00	0,24411679	1.257,20
ARS	4.210,00		4.210,00	0,01505272	63,37
AUD	9.240,00		9.240,00	0,62519537	5.776,81
BGN	857,00		857,00	0,51129972	438,18
BRL	81.671,00	1.406.130,99	1.487.801,99	0,22144961	329.473,17
CAD	14.335,00		14.335,00	0,68502535	9.819,84
CHF	15.470,00	2.187,95	17.657,95	0,92131933	16.268,61
CLP	155.000,00		155.000,00	0,00121056	187,64
CNY	54.113,00		54.113,00	0,12786906	6.919,38
COP	1.639.000,00		1.639.000,00	0,00026549	435,14
CUC		21.844,07	21.844,07	0,90612541	19.793,47
CVE	99.100,00		99.100,00	0,00906906	898,74
CZK	41.100,00		41.100,00	0,03935768	1.617,60
DKK	34.100,00		34.100,00	0,13384193	4.564,01
EGP	665,00		665,00	0,05572024	37,05
EGP	665,00		665,00	0,05572024	37,05

MOEDA	VALOR	DIVISAS	TOTAL	FIXING	TOTAL EM €
GBP	41.410,00	27.608,01	69.018,01	1,17536436	81.121,31
HKD	1.680,00		1.680,00	0,11432099	192,06
HRK	570,00		570,00	0,13441764	76,62
HUF	800.000,00		800.000,00	0,00302544	2.420,35
IDR	3.020.000,00		3.020.000,00	0,00006412	193,64
ILS	4.310,00		4.310,00	0,25743339	1.109,54
INR	54.400,00		54.400,00	0,01247085	678,41
ISK	857.000,00		857.000,00	0,00736377	6.310,75
JPY	807.000,00		807.000,00	0,00820075	6.618,01
KRW	603.000,00		603.000,00	0,00077144	465,18
KWD	280,50		280,50	2,95796729	829,71
MAD	940,00	-4.488,00	- 3.548,00	0,09325227	- 330,86
MOP	3.310,00		3.310,00	0,11108272	367,68
MXN	2.770,00		2.770,00	0,04712491	130,54
MYR	41.332,00		41.332,00	0,21761365	8.994,41
MZN	7.430,00		7.430,00	0,01441753	107,12
NIP	105,00		105,00	1,17536436	123,41
NOK	53.950,00		53.950,00	0,10138081	5.469,49
NZD	700,00		700,00	0,60049240	420,34
PEN	1.320,00		1.320,00	0,26810370	353,90
PHP	6.000,00		6.000,00	0,01757469	105,45
PLN	4.590,00		4.590,00	0,23491825	1.078,27
QAR	21.603,00		21.603,00	0,24629935	5.320,80
RON	3.021,00		3.021,00	0,20907380	631,61
RUB	254.950,00		254.950,00	0,01429464	3.644,42
SAR	3.727,00		3.727,00	0,23906287	890,99
SCP	1.245,00		1.245,00	1,17536436	1.463,33
SEK	54.900,00		54.900,00	0,09572309	5.255,20
SGD	515,00		515,00	0,66176957	40,81
THB	21.210,00		21.210,00	0,02992668	34,74
TND	440,00		440,00	0,31772257	39,80
TRY	1.220,00		1.220,00	0,14960430	82,52
USD	77.626,00	3.262,78	80.888,78	0,89015489	2.003,54
XAF	274.000,00		274.000,00	0,00152449	17,71
XOF	251.000,00		251.000,00	0,00152449	82,65
ZAR	47.590,00	521,94	48.111,94	0,06338220	3.049,44
TOTAL	47.590,00	521,94	48.111,94	0,06338220	3.049,44

27. Contingências

A Realtransfer tem os seguintes passivos contingentes:

Garantias prestadas nos montantes descritos, para cumprimento das rendas:

DATA	BANCO	VALOR DA GARANTIA BANCÁRIA	DESCRIÇÃO	DURAÇÃO
07-03-2013	MOG - 344.10.001227-9	33.593,08 €	LOURES SHOPPING	7 ANOS
24-07-2014	MOG - 344.43.000081-2	35.136,18 €	VIA CATARINA	7 ANOS
17-12-2014	MOG - 344.43.000089-5	28.643,69 €	ALGARVE SHOPPING	7 ANOS
30-01-2016	MOG - 344.43.000091-1	20.244,81 €	RIO SUL SHOPPING	7 ANOS
13-10-2016	MOG - 344.43.000099-4	9.446,40 €	JUMBO SINTRA	6 ANOS
28-12-2016	MOG - 344.43.000104-2	18.981,26 €	GAIA SHOPPING	7 ANOS
10-08-2018	MOG - 344.43.000127-3	14.313,73 €	FORUM MONTIJO	7 ANOS
TOTAL		160.359,15 €		

28. Informações exigidas por diplomas legais

Dando cumprimento ao estipulado no decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a administração informa que a situação da empresa perante a segurança social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do código das sociedades comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do artigo 66º do código das sociedades comerciais.

29. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Embora sem relevância nas contas do exercício findo em 2019, é de relatar que, durante a elaboração das presentes demonstrações financeiras, do respectivo anexo e do relato de gestão, a pandemia mundial derivada do novo coronavírus, que provoca a doença designada COVID-19, levou os governos dos diversos países, incluindo do nosso, a declarar a situação de emergência e de calamidade públicas e à tomada de medidas de restrição e confinamento, originando uma drástica

redução e, mesmo interrupção, de muitas atividades económicas, designadamente ao encerramento dos aeroportos, das viagens, do turismo e do comércio.

Esta situação teve um grande impacto na empresa, originando uma quebra significativa da atividade, especialmente a partir de março de 2020, o que levou à implementação de um plano de contingência, incluindo medidas de mitigação dos impactos provocados pela pandemia, entre as quais a declaração da situação de lay-off em abril de 2020, com o intuito de proteger os postos de trabalho, dada a significativa quebra da atividade.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

30. Factos Relevantes

No final do ano 2019 a Realtransfer possuía 24 agências.

Não existem compensações entre saldos devedores e credores.

O Banco de Portugal procedeu ao averbamento da data de início de actividade da Realtransfer como Instituição de Pagamento em 04/07/2011, de harmonia com a sua comunicação refª 3778/11/DSPRE-proc. Nº 478/11 de 17/11/2011.

A Realtransfer mantém a utilização do software denominado “Trader” propriedade da empresa Codeware – Consultoria, Desenvolvimento e Software, S.A. que serve de base à gestão e contabilização da sua actividade.

Todos os movimentos de gestão (registo de compras/vendas de moeda, de pagamentos/recebimentos de remessas, e registo de transferências) é registada no Trader sendo que, aquando do registo das operações, automaticamente serão calculados lotes, valias, comissões, impostos, possibilitando o acompanhamento diário da gestão.

O Trader permite o controlo de saldos: de caixa, de caixa/tesouraria, das contas bancárias, dos correspondentes, dos valores a liquidar, das valias e demais contas.

Permite ainda segregar a informação por caixa, por balcão, visualizar tudo ou parte, dependendo do “perfil” que a gestão defina para cada utilizador, limitando o risco em que se incorre.

No final do dia, em cada balcão, um utilizador com “formação” adequada é responsável pela conferência e fecho das respectivas caixas no balcão, bem como a mudança de data do sistema, evitando deste modo quaisquer alterações dos valores.

Toda a actividade em termos operativos tem reflexo contabilístico, por intermédio de parametrizações contabilísticas efectuadas para o efeito durante o desenvolvimento do projecto.

A Codeware assegura anualmente actualizações/melhoramentos do software Trader, (duas actualizações neste ano), permitindo uma evolução permanente quer do sistema quer dos conteúdos.

Lisboa, 7 de Setembro de 2020

O Responsável pela Contabilidade

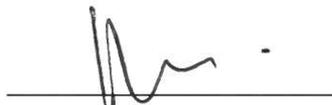

Margarida Cravid de Melo

CC n° 93044

O Conselho de Administração



Vera Aires Figueira



Pedro Mascarenhas Santos



Vasco Linhares de Mello

3- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
 Base de reporte : Individual - NIC

Ano : 2019
 Mês : Dezembro

	Ano - Actividade Global				
	Notas	Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	Ano anterior
		1	2	3 = 1 - 2	4

ACTIVO

Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	656.260,07		656.260,07	607.122,08
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	4	1.516.735,98		1.516.735,98	989.671,87
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5	18.322,44		18.322,44	11.712,81
Aplicações em instituições de crédito	6	147.806,75		147.806,75	1.130.138,12
Outros Ativos tangíveis	7	835.003,71	571.594,22	263.409,49	266.329,95
Ativos intangíveis	8	3.547,05	3.547,05		
Ativos por impostos correntes	9	19.665,49		19.665,49	18.091,74
Ativos por impostos diferidos	10	93.510,48		93.510,48	93.510,48
Outros Ativos	11	3.407.815,56		3.407.815,56	3.322.994,14
Total de Activo		6.698.667,53	575.141,27	6.123.526,26	6.439.571,19

	Ano	Ano Anterior
--	-----	--------------

PASSIVO

Recursos de outras instituições de crédito	12	315.830,30	489.221,11
Passivos por impostos correntes	13	8.347,17	10.447,78
Outros passivos	14	770.745,66	930.802,49
Total de Passivo		1.094.923,13	1.430.471,38

CAPITAL

Capital	15	600.000,00	600.000,00
Outras reservas e resultados transitados	16	4.409.099,81	4.787.167,37
Resultado do exercício		19.503,32	-378.067,56
Total de Capital		5.028.603,13	5.009.099,81
Total de Passivo e Capital		6.123.526,26	6.439.571,19

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
 Contabilista Certificada Nº 93044

O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
 Vasco Linhares de Mello
 Vera Figueira Aires

Margarida Cravid de Melo

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Mello
Vera Figueira Aires

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
Ano :
2019

Base de reporte : Individual - NIC

Mês :
Dezembro

Valores em Euros

	Notas / Quadros Anexos	Ano	Ano Anterior
Juros e rendimentos similares		3.768,45	7.318,53
Juros e encargos similares		142,46	64,45
Margem Financeira		3.625,99	7.254,08
Rendimentos de serviços e comissões	17	262.641,79	157.180,55
Encargos com serviços e comissões	18	957.301,84	713.137,06
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	19	4.001.626,10	3.270.558,27
Outros resultados de exploração	20	-7.667,57	-22.568,86
Produto bancário		3.302.924,47	2.699.286,98
Custos com pessoal	21	2.040.233,49	1.910.179,90
Gastos gerais administrativos	22	1.189.711,80	1.201.669,16
Amortizações de exercício	23	45.128,69	45.957,23
Resultado antes de impostos		27.850,49	-458.519,31
Impostos			
Correntes	24	8.347,17	13.058,73
Diferidos	10		-93.510,48
Resultado após impostos		19.503,32	-378.067,56
Resultado líquido do exercício		19.503,32	-378.067,56

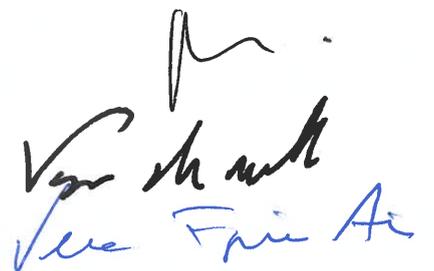
O Responsável pela Contabilidade

 Margarida Cravid de Melo
 Contabilista Certificada Nº 93044



O Conselho de Administração

 Pedro Mascarenhas Santos
 Vasco Linhares de Mello
 Vera Figueira Aires



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
Ano : 2019

Base de reporte : Individual - NIC

Mês : Dezembro
Actividades Operacionais

	Ano	Ano Anterior
Recebimentos de comissões	262.641,79	160.796,00
Pagamento de comissões	-957.301,84	-713.202,00
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-2.950.933,10	-2.995.567,00
Resultados de reavaliação cambial	4.001.626,10	3.270.558,00
Caixa gerada pelas operações	356.032,95	-277.415,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-15.159,34	-15.491,00
Aplicações e recursos em instituição de crédito	-834.524,62	517.175,00
Outros recebimentos/pagamentos	339.606,05	-1.867.543,00

Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)

-154.044,96	-1.643.273,00
--------------------	----------------------

Actividades de Investimento
Pagamentos respeitantes a:

Activos fixos tangíveis	42.208,23	66.797,00
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
	42.208,23	66.797,00

Recebimentos provenientes de:

Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Dividendos		
	0,00	0,00

Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)

-42.208,23	-66.797,00
-------------------	-------------------

Actividades de Financiamento
Recebimentos provenientes de:

Financiamentos obtidos		
Juros e rendimentos similares	3.768,45	
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
	3.768,45	0,00

Pagamentos respeitantes a:

Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	142,46	
Gratificações de Balanço		
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
	142,46	0,00

Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)

3.625,99	0,00
-----------------	-------------

Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)

-192.627,20	-1.710.070,00
--------------------	----------------------

Efeito das diferenças de câmbio
Caixa e seus equivalentes no início do período

2.513.430,00	4.223.500,00
---------------------	---------------------

Caixa e seus equivalentes no fim do período

2.320.802,80	2.513.430,00
---------------------	---------------------

Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa

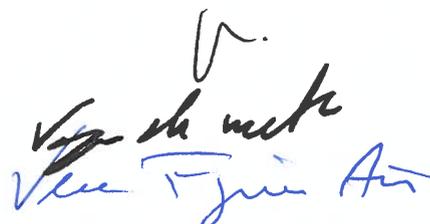
0,00	0,00
-------------	-------------

O Responsável pela Contabilidade

 Margarida Cravid de Melo
 Contabilista Certificada N° 93044

O Conselho de Administração

 Pedro Mascarenhas Santos
 Vasco Linhares de Mello
 Vera Figueira Aires

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2019

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital								
		Capital realizado	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Reservas de Reavaliação	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	
<i>Posição no Início do Período 2018</i>	1	Notas	600.000,00	0,00	612.908,25	3.256.672,23	1.045.693,60	0,00	-128.106,71	5.387.167,37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Ajustamentos por impostos diferidos	2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-378.067,56		-378.067,56
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3							-378.067,56		-378.067,56
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Outras operações - Aplicação Resultados Exercício Anterior	5		0,00	0,00	0,00	0,00	-128.106,71	0,00	128.106,71	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	-128.106,71	0,00	128.106,71	0,00
<i>Posição no Fim do Período 2018</i>	1 = 1 + 2 + 3 + 5		600.000,00	0,00	612.908,25	3.256.672,23	917.586,89	0,00	-378.067,56	5.009.099,81

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital								
		Capital realizado	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Reservas de Reavaliação	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	
<i>Posição no Início do Período 2019</i>	1	Notas	600.000,00	0,00	612.908,25	3.256.672,23	917.586,89	0,00	-378.067,56	5.009.099,81
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Ajustamentos por impostos diferidos	2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							19.503,32		19.503,32
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3							19.503,32		19.503,32
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Outras operações - Aplicação Resultados Exercício Anterior	5		0,00	0,00	0,00	0,00	-378.067,56	0,00	378.067,56	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	-378.067,56	0,00	378.067,56	0,00
<i>Posição no Fim do Período 2019</i>	1 = 1 + 2 + 3 + 5		600.000,00	0,00	612.908,25	3.256.672,23	539.519,33	0,00	19.503,32	5.028.603,13

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
 Contabilista Certificada Nº 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
 Vasco Linhares de Mello
 Vera Figueira Aires

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Mello
Vera Figueira Aires

NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC e com o nº 20161444 na CMVM
NIPC 503 302 368

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 6 123 526 euros e um total de capital próprio de 5 028 603 euros, incluindo um resultado líquido de 19 503 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (IFRS).

Bases para a opinião com reservas

Na preparação das demonstrações financeiras não foi considerada a IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2019. O efeito da não aplicação da referida norma é de uma subavaliação do activo e do passivo num valor na ordem dos 500 000 Euros, sendo insignificante o efeito em resultados do exercício. De salientar que o Anexo é omissivo em relação à aplicação deste normativo.

A Entidade tem mostrado no seu activo corrente o montante de 587 264 Euros relacionado com Adiantamentos de valores efectuados à Ultra Serviços – Consultoria e Serviços, Lda. O valor destes adiantamentos representa cerca de 10% do total do activo (no exercício anterior 9%). Esta empresa era detida pela ULTRA SGPS (detentora de 91,67% do capital social da Entidade) tendo sido alienada, em 2018, na sua totalidade. Assim, uma vez que não nos foi mostrada evidência de que existe por parte do devedor uma intenção clara de proceder à liquidação da dívida, não podemos emitir opinião sobre a recuperabilidade da mesma.

Handwritten signature and initials

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido no Relatório de Gestão e nas notas 11 e 25 do Anexo, a empresa tem mostrado no seu activo corrente o montante de 1 762 000 Euros relacionado com adiantamentos de valores efectuados à Ultra SGPS, SA (sociedade detentora de 91,67% do capital da Entidade). O valor total destes adiantamentos representa cerca de 29% do Total do Activo (no exercício anterior 23%).

Conforme relatado no Relatório de Gestão e na nota 29 do Anexo, na sequência dos desenvolvimentos associados à pandemia do COVID-19, os efeitos da disseminação do vírus estão ainda a ser analisados pelas autoridades competentes, sendo expectável que venham a ser implementadas novas iniciativas com impacto na situação sócio-económica. Face à natureza da situação nacional e internacional, estamos perante um contexto de acrescida incerteza, sendo de prever uma recessão económica global cujas repercussões na Entidade são imprevisíveis.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (IFRS);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

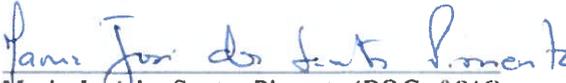
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

24 de Setembro de 2020

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC

Representada por:


Maria José dos Santos Pimenta (ROC n.º 846)

NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC e com o nº 20161444 na CMVM
NIPC 503 302 368

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas de
de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.**

De acordo com as disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Aplicação de Resultados apresentados pela Administração de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido da Administração e dos serviços da Sociedade as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, verificámos a exactidão das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2019, que foram submetidas à nossa apreciação pela Administração, e a sua conformidade com o Relatório de Gestão, bem como a divulgação das políticas e critérios contabilísticos que presidiram à sua preparação. Consideramos que o Relatório de Gestão apresenta de forma adequada os principais aspectos da vida da Sociedade no ano de 2019 e as suas perspectivas futuras.

Como nos competia, procedemos nesta mesma data e na qualidade de Revisor Oficial de Contas à emissão da Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras da Sociedade, a qual inclui duas reservas e duas ênfases.

Não tomámos conhecimento de quaisquer violações à Lei ou aos Estatutos.

Face ao exposto, somos do parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Administração da empresa;
- b) Seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados constante dos mencionados documentos.

Lisboa, 24 de Setembro de 2020

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC
Representada por:


Maria José dos Santos Pimenta (ROC nº 846)

